

Parecer do Controlador Municipal

O Sr. Raimundo Nonato Mendes Silva, responsável pela Controladoria Municipal, nomeado pela Portaria de nº 07/2021, declara, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.535/TCM, de 01 de julho de 2014, que analisou integralmente o **Processo Licitatório nº 6/2021.004-PMI, referente à Inexigibilidade de Licitação, tendo por OBJETO: Contratação de Serviços Advocatícios de Pessoa Física a Serem Prestados na assessoria e Consultoria Jurídica Junto à Secretaria de Assistência Social, Município de Itupiranga – PA**, com base nas regras insculpidas pela Lei nº. 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara que foi:

1. Verificado o processo e o mesmo encontra-se devidamente autuado, protocolado e enumerado, com a descrição sucinta do objeto e a respectiva autorização das autoridades competentes, bem como, o pedido acompanhado de descrição detalhada do objeto, o que atende o caput do art. 38 da Lei 8.666/1993;

Art. 38. “O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente”.

O processo administrativo tem *caput* o artigo 25, Inciso II e o §1º, em consonância com o art. 13 da Lei nº 8.666, de 1993, como fundamento legal para a contratação pretendida, assim dispõe:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver **inviabilidade de competição**, em especial: II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza sináular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

Os autos foram encaminhados a Controladoria Geral do Município para manifestação acerca da legalidade do procedimento licitatório.

1 – Formalização do Processo

O procedimento licitatório em epígrafe encontra-se autuado, protocolado e numerado em volume ÚNICO, o qual foi instruído com a seguinte documentação:

CAPA DO PROCESSO (fls. 01):

- Solicitação de abertura do processo administrativo (fls. 02);
- Atestado de capacidade Técnica e Último contrato executado (fls. 03 a 06);
- Termo de Referência (fls. 07 a 10);
- Justificativa para a Contratação (fls. 11 a 15);

- Abertura de Licitação (fls. 16);
- Instauração de Processo Administrativo (fls. 17);
- Solicitação de Indicação de dotação orçamentária (fls. 18);
- Despacho de Consignação orçamentária (fls. 19);
- Memorando nº 18/2021 (fls. 20);
- Autorização (fls. 21);
- Portaria da Comissão Permanente de Licitação (fls. 22);
- Memorando nº 24/2021 (fls. 23);
- Autuação (fls. 24);
- Minuta de contrato (fls. 25 a 28);
- Ofício 015/2021-cpl de solicitação de Documentação e Proposta (fls. 29);
- Envio de Solicitação via E-mail (fls. 30);
- Certidões (fls. 31 a 37);
- Documentos Pessoais (fls. 38 a 39);
- Ofício a CPL (fls. 40);
- Proposta Comercial (fls. 41);
- Processo de Inexigibilidade de Licitação, da Fundamentação, Justificativa da Contratação, Razão da escolha e da Justificativa do Preço (fls. 42 a 47);
- Despacho a Procuradoria Municipal para emissão de Parecer (fls. 48);
- Documentação da empresa (fls. 10-25);
- Parecer Jurídico (fls. 49 a 52);
- Mapa Comparativo de Preços (fls. 53);
- Resumo da proposta vencedora (fls. 54);
- Declaração de Inelegibilidade (fls. 55);
- Termo de ratificação (fls. 56)
- Extrato de Licitação (fls. 57);
- Publicações (fls. 58 a 61);
- Convocação para Assinatura de Contrato (fls. 62);
- Contrato (fls. 63 a 66);
- Designação de Fiscal de contrato (fls. 67 a 68);
- Extrato de Contrato (fls. 69);
- Certidão de Afixação do extrato de Contrato (fls. 70);
- Publicações (fls. 71 a 74);

2. ANÁLISE

2.1. Da Fase Interna

Os processos administrativos deverão ser atuados, protocolados, rubricados com a indicação do objeto, orçamentos, indicação do recurso para a despesa e de seu comprometimento, nomeação da CPL, termo de referência, justificativa para aquisição, autorizações, publicações e demais documentos relativos à licitação, assim se cumprindo as exigências legais do art. 38 da Lei de Licitações nº 8666/93. No que diz respeito à fase interna do Processo Administrativo, observamos obediência ao artigo supracitado, estando o processo devidamente atuado e acompanhado das documentações necessárias.

2.2. Da Análise Jurídica

Quanto ao aspecto jurídico e formal do Processo, a Procuradoria Geral do Município analisou a legalidade e opinou Favorável para a contratação da licitação por inexigibilidade, fundamentando nos incisos II e III do art. 25 c/c art. 13 da Lei nº 8666/93.

2.3. Das Justificativas, Autorizações e Termo de Referência

Foram preenchidas as exigências quanto às autorizações necessárias, certidões negativas de débitos tributários e não tributários com a fazenda pública e declaração referente ao não comprometimento do erário público, subscrita pela autoridade competente.

Ao que compete à justificativa, Termo de Responsabilidade referente ao acompanhamento do procedimento licitatório e da execução deste contrato, segue todas as especificações no termo de referência.

2.4. Da Fase Externa

A presente fase por sua vez, inicia-se com o princípio da publicidade. Essa fase é assim chamada porque representa o momento em que o procedimento licitatório sai do âmbito interno da administração e passa a provocar efeitos no meio social.

3. DA LEGALIDADE DE INEXIGIBILIDADE

Passamos agora ao exame da legalidade da contratação do Advogado Dr. Euclides Cunha Ramalho, CPF: 927.966.722-04, inscrito na OAB/PA sob nº 28947, por inexigibilidade de licitação na forma do *caput* do art. 25, da Lei nº 8666/93. Trata-se de possibilidade legal de afastamento da licitação, tendo respeitado os limites legais permitidos e respeitando a legalidade do presente processo, sob o amparo do *caput* do art. 25 da Lei 8666/93, frente a impossibilidade de competição.

4. DA HABILITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA.

4.1 Da síntese do valor da proposta, constatou-se que a mesma está em conformidade com os estimados para a presente contratação.

4.2 Quanto à documentação apresentada pelo Advogado, confirmou-se que atende às exigências previstas nas normas vigentes.

4.3 Quanto à regularidade fiscal e trabalhista restaram comprovadas através das certidões anexas aos autos, estavam negativas e vigentes.

5. DO FISCAL E VIGÊNCIA DO CONTRATO

É o instrumento dado à administração pública para dirigir-se e atuar perante seus administrados sempre que necessite adquirir bens ou serviços dos particulares, ou seja, é o acordo recíproco de vontades que tem por fim gerar obrigações recíprocas entre os contratantes. Assim como o particular, o Poder Público celebra contratos no intuito de alcançar objetivos de interesse Público.

5.1. Vigência do Contrato Administrativo

Os contratos originados do presente procedimento obedecerão aos termos do caput, do Art. 57, da Lei 8.666/93, conforme expressa a cláusula de vigência da minuta contratual.

5.2. Fiscal de contrato

Encontra-se nos autos, a designação do responsável para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato.

6. RECOMENDAÇÕES

Recomendamos que seja observado o art. 42, *caput*, da LRF e a disponibilidade financeira para realização de tal despesa.

7. PROVIDÊNCIAS

Ao final da Homologação e Mediante Parecer Final desta Controladoria Anexar todos os Atos obrigatórios no Mural do TCM/PA, observando os prazos vigentes.

CONCLUSÃO

Conclui-se, sinteticamente, que o processo administrativo licitatório encontra-se apta a gerar despesas para esta Municipalidade, seguimos o parecer desta Procuradoria, revestidos da legalidade necessária em conformidade com análise jurídica.



É verdadeiro ressaltar que, a geração de despesa é de inteira carga do ordenador de despesas eximindo qualquer culpa, dolo ou responsabilidade solidária por parte dos membros da Controladoria Geral do Município.

Aproveitamos a oportunidade para préstimos da mais alta estima e consideração.

É o parecer desta Controladoria Municipal, SMJ.

Itupiranga, 10 de fevereiro de 2021.

RAIMUNDO NONATO MENDES SILVA
Controlador Municipal
Portaria 07/2021 -PMI.